



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Definição do objeto

Contratações de empresas especializadas para fornecimento e instalação de comunicação visual e tátil para os Cartórios da 5ª e 86ª Zonas Eleitorais de Brusque, Cartório da 51ª Zona Eleitoral de Santa Cecília e Almoarifado do TRE-SC em São José/SC, conforme especificações abaixo e projetos anexos.

2. Fundamentação da Contratação

Identificar para os cidadãos, de forma clara, a localização das Zonas Eleitorais dos municípios de Brusque e Santa Cecília e do Almoarifado do TRE-SC, seguindo o padrão da Justiça Eleitoral de Santa Catarina e as normas técnicas pertinentes.

3. Descrição da Solução

Fornecimento e instalação de comunicação visual e tátil para os Cartórios da 5ª e 86ª Zonas Eleitorais de Brusque, Cartório da 51ª Zona Eleitoral de Santa Cecília e Almoarifado do TRE-SC em São José/SC, conforme especificações abaixo.

ITEM 1: CARTÓRIO ELEITORAL DE BRUSQUE

Quantidade	Descrição	Local de Aplicação
4 unidades	Placas em aço inox, nas dimensões 11 x 6 cm, com letras em relevo em braile na cor preta, fonte 0,6 a 0,8 mm.	Ao lado das portas do sanitário PCD, Central de Atendimento, Cartório da 5ª Zona Eleitoral, Cartório da 86ª Zona Eleitoral, sobre as placas de porta em ACM, conforme detalhe em projeto.
4 unidades	Placa em alumínio composto ACM, esp. 3 mm, na cor preta, acabamento polido e cantos boleados. Bandeira em ACM cinza (pantone 421). Letras adesivas em vinil fosco, nas cores branca e preta. Dimensões: 11 x 90 cm (comp. x alt.), conforme projeto. Fixação com fita dupla face	Ao lado das portas do sanitário PCD, central de atendimento ao eleitor, Cartório da 5ª Zona Eleitoral, Cartório da 86ª Zona Eleitoral, conforme detalhe em projeto.
4 unidades	Faixas de sinalização em adesivo em vinil, nas dimensões 80 x 8 cm, cor preto fosco, e letras na cor branca fosco, conforme projeto.	Portas da copa, arquivos da 5ª e da 86ª Zonas Eleitorais, Cartório da 5ª Zona Eleitoral, conforme detalhe em projeto.
1 unidade	Logotipo colorido e letras brancas em adesivos recortados, acabamento após adesivação com verniz de poliuretano fosco. Dimensões: 388 x 105 cm (comp. x alt.), conforme projeto.	Fachada principal
1 unidade	Placa em alumínio composto ACM, espessura igual a 3 mm, adesivo preto fosco; letreiros brancos em adesivos recortados. Dimensões: 11 x 90 cm (comp. x alt.), conforme projeto. Fixação com fita dupla face.	Corredor interno



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ITEM 2: CARTÓRIO ELEITORAL DE SANTA CECÍLIA

Quantidade	Descrição	Local de Aplicação
23 unidades	Faixas de sinalização em adesivo em vinil, nas dimensões 160 x 8 cm, 140 x 8 cm, 130 x 8 cm, 120 x 8 cm e 88 x 8 cm, na cor preta fosca, e letras na cor branca fosca, conforme projeto.	Por dentro, nos vidros externos, conforme detalhe em projeto.
8 unidades	Faixas de sinalização em adesivo em vinil, nas dimensões 80 x 8 cm e 60 x 8 cm, na cor preta fosca, e letras na cor branca fosca, conforme projeto.	Nas portas de madeira dos sanitários (3), acesso restrito (2), copa, arquivo, conforme detalhe em projeto.
1 unidade	Placa em alumínio composto ACM, espessura igual a 3 mm, com pintura eletrostática a pó de poliéster, brasão colorido e letreiros brancos em adesivos recortados, acabamento após adesivação com verniz de poliuretano fosco. Dimensões: 250 x 50 cm (comprimento x altura), conforme projeto. Fixação sob responsabilidade da contratada.	Fachada principal

ITEM 3: ALMOXARIFADO DO TRE-SC

Quantidade	Descrição	Local de Aplicação
1 unidade	Placa em alumínio composto ACM, espessura igual a 3 mm, com acabamento preto fosco, brasão colorido e letreiros brancos em adesivos recortados, acabamento após adesivação com verniz de poliuretano fosco. Dimensões: 450 x 140 cm (comprimento x altura), conforme projeto. Fixação sob responsabilidade da contratada.	Fachada principal

- Material: base em adesivos em vinil preto (fosco).
- Letreiros e logotipo recortados em vinil branco e/ou colorido (fosco).
- Fornecimento de todos os materiais e serviços para a perfeita montagem e instalação, independentemente de estarem ou não descritos nestas especificações.
- Fornecimento de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de fabricação e instalação.
- Instalação seguindo os requisitos obrigatórios de segurança das estruturas e dos operários (será necessário andaime ou escada metálica).

3.1. Estudo Técnico Preliminar

O Estudo Técnico Preliminar está juntado aos autos do PAE n. 773/2026.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

3.2. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

Não se aplica a esta contratação.

3.3. Códigos SIASG

22519 - Confeção/instalação de placa de sinalização.

4. Requisitos da contratação

4.1. Requisitos Funcionais

- resistência às ações externas de agentes atmosféricos (chuva; sol);
- fixação adequada à base e ausência de bolhas ou enrugamentos;
- integridade; não apresentar partes soltas ou destacáveis;
- durabilidade.

4.2. Requisitos Não Funcionais

- alinhamento de letras e símbolos;
- perfeita aderência das letras e símbolos à base.

4.3. Requisitos Externos

- NR 06 – Equipamento de Proteção Individual;
- NR 18 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção;
- ABNT NBR 9050:2020 versão corrigida 2021 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;
- Resolução Conama n. 307, de 5.7.2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

4.4. Requisitos Técnicos

- acompanhamento por profissional habilitado (engenheiro civil, arquiteto ou técnico em edificações, com formação plena, devidamente inscrito no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – Crea, no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU ou no Conselho Federal dos Técnicos Industriais - CRT): pretende-se que a execução dos serviços seja realizada dentro dos requisitos das normas técnicas vigentes, para garantia da qualidade e durabilidade;
- comprovação de treinamento para trabalho em altura: comprovação de treinamento na NR-35 dos funcionários responsáveis pela instalação e apresentação do ASO (Atestado de Saúde Ocupacional), todos dentro do prazo de validade.

4.5. Requisitos de Garantia

- garantia de 3 (três) anos, contados a partir do recebimento definitivo.

5. Modelo de execução do objeto

5.1. Prazos



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- a) em até 10 (dez) dias após o recebimento do contrato, devidamente assinado pelo representante do TRE-SC: apresentar os documentos relacionados no subitem 5.8.2, enviando-os para o e-mail ci-seea@tre-sc.jus.br;
- b) aprovados os documentos pela Seção de Engenharia e Arquitetura (SEEA): iniciar os serviços em até 5 (cinco) dias; nesse ínterim, será realizada reunião de alinhamento com a SEEA;
- c) prazos de execução:
 - c.1) **ITEM 1** (Brusque/SC) em até 30 (trinta) dias do início efetivo: executar os serviços conforme condições estipuladas neste Termo de Referência e documentos anexos;
 - c.2) **ITEM 2** (Santa Cecília/SC) em até 30 (trinta) dias do início efetivo: executar os serviços conforme condições estipuladas neste Termo de Referência e documentos anexos;
 - c.3.) **ITEM 3** (Almoxarifado - São José/SC) em até 10 (dez) dias do início efetivo: executar os serviços conforme condições estipuladas neste Termo de Referência e documentos anexos;
- d) em até 10 (dez) dias úteis: refazer serviços, se constatada qualquer irregularidade no recebimento provisório.
- e) durante o prazo de garantia, se constatado o descolamento ou desbotamento dos produtos, a Contratada deverá proceder à substituição, no prazo máximo de 30 (trinta) dias do recebimento da notificação do TRESC.

A critério da Administração, podem ser suspensos os trabalhos em caso de impossibilidade da execução dos serviços, face aos prazos eleitorais e/ou administrativos.

5.2. Local de entrega ou prestação dos serviços

ITEM 1	Rua João Bauer, 434, Sl. 201, Centro, Brusque/SC
ITEM 2	Avenida XV de Novembro, s/n, Esquina da Rua Antônio Carlos de Medeiros 5, Centro, Santa Cecília/SC
ITEM 3	Rua Sen. Carlos Gomes de Oliveira, 863, Área 2 - Unidade 45, Distrito Industrial, São José/SC

5.3. Recebimento provisório e definitivo

- a) o recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado;
- b) o recebimento definitivo dar-se-á em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela Contratada, hipótese em que o prazo terá seu início contado a partir do saneamento de todas as pendências.

5.4. Pagamento

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de 10 (dez) dias úteis após o recebimento definitivo do objeto.

5.5. Garantia do objeto

Garantia mínima do fabricante de 3 (três) anos contra descolamento e desbotamento.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5.6. Vigência da contratação

O contrato terá vigência a partir da sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto.

5.7. Obrigações da Contratante

- 5.7.1 prestar todas as condições e informações necessárias para que a Contratada possa realizar os serviços objeto deste Termo de Referência dentro das especificações exigidas;
- 5.7.2 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada por meio da Fiscalização, a quem caberá registrar todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas, senões ou defeitos observados;
- 5.7.3 a fiscalização exercida pelo Contratante não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da Contratada pela completa e perfeita execução do objeto contratual;
- 5.7.4 solicitar à Contratada a retificação de qualquer serviço prestado cujo padrão de qualidade esteja fora das especificações contidas neste Termo de Referência;
- 5.7.5 efetuar o pagamento em parcela única, após o recebimento definitivo.

5.8. Obrigações da Contratada

- 5.8.1 executar o objeto nas condições estipuladas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 5.8.2 apresentar à SEEA, pelo e-mail ci-seea@tre-sc.jus.br, os documentos abaixo relacionados em até 10 (dez) dias após o recebimento do contrato assinado pelo representante TRE-SC:
 - 5.8.2.1 Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), registrada no Conselho de Classe competente do profissional responsável, com a indicação de todos os serviços e o número do contrato com o TRE-SC, devidamente paga;
 - 5.8.2.2. relação dos profissionais que atuarão no local dos serviços, com a comprovação do Atestado de Saúde Ocupacional;
 - 5.8.2.3. comprovação de treinamento e habilitação para trabalho em altura conforme a NR-35 para todos os profissionais responsáveis pela execução de serviços acima de 2 (dois) metros de altura.
- 5.8.3 os serviços serão realizados:
 - ITEM 1:** no Cartório Eleitoral de Brusque, localizado na Rua João Bauer, 434, Sala 201, Centro, Brusque/SC;
 - ITEM 2:** no Cartório Eleitoral de Maravilha, localizado na Avenida Sul Brasil, 448, Sala 02, Centro, Maravilha/SC;
 - ITEM 3:** no Almoxarifado do TRE-SC, localizado na Rua Sen. Carlos Gomes de Oliveira, 863, Área 2 - Unidade 45, Distrito Industrial, São José/SC;
- 5.8.4 iniciar os serviços em até 5 (cinco) dias, contados da aprovação, pela SEEA, dos documentos e disposições relacionados no subitem 5.8.2;
- 5.8.5 executar os serviços nos prazos máximos de 30 (trinta) dias para os **ITENS 1 e 2** e 10 (dez) dias para o **ITEM 3**, contados do efetivo início dos serviços pela(s) empresa(s) contratada(s), conforme estabelecido no subitem 5.1;
- 5.8.6 refazer o serviço no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a partir do recebimento provisório, se constatada qualquer irregularidade pela fiscalização;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- 5.8.5.1. estando em mora a Contratada, o prazo para substituição dos produtos e/ou refazimento do serviço não interromperá a multa por atraso prevista na licitação;
- 5.8.5.2. correrão à conta da Contratada todas as despesas decorrentes da substituição do produto e/ou refazimento do serviço;
- 5.8.7 fornecer todos os equipamentos e mão de obra necessários à perfeita execução dos serviços;
- 5.8.8 assegurar que os empregados trabalhem uniformizados e com crachá de identificação durante a realização dos serviços;
- 5.8.9 empregar todos as ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços dentro da técnica adequada e das normas pertinentes, mesmo os eventualmente não mencionados ou não indicados, mas imprescindíveis à sua completa e perfeita realização, responsabilizando-se pela reposição dos materiais danificados em virtude da má execução dos serviços, incluindo aqueles necessários ao seu refazimento;
- 5.8.10 executar os serviços de acordo com as normas de segurança do trabalho, adotando os procedimentos necessários para a segurança dos trabalhadores, incluindo a utilização obrigatória dos equipamentos de proteção individual (EPI) e, quando necessário, equipamentos de proteção coletiva (EPC), em vista do risco que o serviço oferece;
- 5.8.11 executar os serviços em conformidade com as recomendações das normas da ABNT, Inmetro e demais legislações vigentes;
- 5.8.12 executar os serviços de acordo com a melhor técnica aplicável, com zelo e diligência, utilizando inclusive mão de obra especializada, se necessária, bem como manter as áreas de trabalho continuamente limpas e desimpedidas, observando o disposto na legislação e nas normas relativas à proteção ambiental, fazendo, inclusive, a remoção dos entulhos;
- 5.8.13 reportar ao Contratante, imediatamente, qualquer anormalidade, erro ou irregularidades que possam comprometer a execução dos serviços e o bom andamento das atividades;
- 5.8.14 recolher todo o material resultante das atividades, destinar corretamente os materiais recicláveis e realizar o descarte ecologicamente correto dos resíduos não recicláveis, obedecendo as recomendações da Resolução Conama n. 307, de 5.7.2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil;
- 5.8.15 responder pela guarda e preservação de seus equipamentos durante todo o serviço até a sua entrega;
- 5.8.16 fornecer produtos com garantia mínima do fabricante de 3 (três) anos contra descolamento e desbotamento;
- 5.8.17 durante o prazo de garantia, se constatado o descolamento ou desbotamento dos produtos, proceder à substituição, no prazo máximo de 30 (trinta) dias do recebimento da notificação do TRES;
- 5.8.18 responsabilizar-se pelo pagamento de eventuais multas aplicadas por quaisquer autoridades federais, estaduais e municipais, em consequência de fato a ela imputável e relacionado com os serviços e fornecimento contratados;
- 5.8.19 responsabilizar-se pelos encargos provenientes de qualquer acidente que venha a vitimar um ou mais dos empregados alocados na execução dos serviços contratados, assim como pela indenização que porventura daí se originar e por tudo mais quanto às leis sociais, trabalhistas e fiscais estabelecerem;
- 5.8.20 manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- 5.8.21 responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados nos locais de execução dos serviços, bem como por aqueles provocados em virtude dos serviços executados e equipamentos empregados;
- 5.8.22 responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, sem que a fiscalização ou acompanhamento efetuado pelo Contratante exclua ou reduza essa responsabilidade;
- 5.8.23 zelar pelo patrimônio público, bem como manter respeito para com os servidores, visitantes e funcionários de empresas que prestam serviços nas dependências onde os serviços serão executados;
- 5.8.24 proceder, ao final dos serviços, à limpeza e à remoção do material desnecessário e indesejável;
- 5.8.25 assumir total responsabilidade pela execução de todos os serviços constantes do contrato, respondendo, ainda, pela segurança e qualidade dos serviços executados;
- 5.8.26 sinalizar adequadamente o local quando da execução dos serviços, de forma a garantir a segurança dos usuários da edificação;
- 5.8.27 não subcontratar, total ou parcialmente, o objeto do certame.

5.9. Transferência de conhecimento

Não se aplica a esta contratação.

5.10. Direitos autorais

Não se aplica a esta contratação.

5.11. Qualificação técnica ou formação dos profissionais envolvidos na execução

Não se aplica a esta contratação.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. Gestão do contrato

6.1.1. As atividades de gestão contratual compreendem:

- a) coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial;
- b) acompanhar os registros realizados pela fiscalização do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- d) coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

e) coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente às unidades competentes, para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;

f) elaborar o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, com as informações obtidas durante a execução do contrato;

g) coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio da fiscalização técnica, administrativa e setorial;

h) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelas fiscalizações técnica, administrativa e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela Contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;

i) realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e

j) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

6.1.2. As atividades de fiscalização técnica do contrato compreendem:

a) prestar apoio técnico e operacional à gestão do contrato com informações pertinentes às suas competências;

b) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

c) emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexistência ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

d) informar à gestão do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

e) comunicar imediatamente à gestão do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;

f) fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar à gestão do contrato para ratificação;

g) comunicar à gestão do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

h) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com a fiscalização administrativa e com a setorial;

i) auxiliar a gestão do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pela Contratada; e

j) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

6.1.3. As atividades de fiscalização administrativa do contrato compreendem:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- a) prestar apoio técnico e operacional à gestão do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;
- b) verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;
- c) examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;
- d) atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar à gestão do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
- e) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com a fiscalização técnica e com a setorial;
- f) auxiliar a gestão do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pela Contratada; e
- g) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

6.1.4. Caberá à fiscalização setorial do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto exercer as atribuições de que tratam os subitens 6.1.2 e 6.1.3.

6.2. Gestão e fiscalização

	Titular ou substituto das unidades
Gestor da contratação	Seção de Engenharia e Arquitetura – CI
Fiscais setoriais	
ITEM 1	Chefes dos Cartórios da 5ª e 86ª Zonas Eleitorais de Brusque/SC
ITEM 2	Chefe do Cartório da 51ª Zona Eleitoral de Santa Cecília/SC
ITEM 3	Chefe da Seção de Almoxarifado

Os fiscais setoriais, quando necessário, contarão com o apoio da Seção de Engenharia e Arquitetura, da Coordenadoria de Infraestrutura / Secretaria de Infraestrutura e Serviços, no que se refere à fiscalização técnica, e da Seção de Preparação de Pagamentos e Análise Tributária – COFC e da Seção de Gerenciamento de Contratações – CC, ambas da Secretaria de Administração e Orçamento, quanto à fiscalização administrativa.

6.3. Instrumentos Formais

A contratação será formalizada por meio de instrumento de contrato.

6.4. Acompanhamento do Contrato

O acompanhamento e a fiscalização da execução deste Contrato consistem na verificação, pelo Contratante, da conformidade da prestação dos serviços, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, e serão exercidos por meio do gestor da contratação, ou, na sua ausência, do seu substituto.

Quaisquer dúvidas de projeto ou que eventualmente surjam durante a execução dos serviços deverão ser sanadas junto à Seção de Engenharia e Arquitetura SEEA/CI/SIS/TRE-SC, pelo e-mail ci-seea@tre-sc.jus.br.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

6.5. Alocação de riscos

Não se aplica a esta contratação.

7. Critérios de medição e de pagamento

Não se aplica a esta contratação.

8. Reajuste ou repactuação

Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados após 1 (um) ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, utilizando-se, para o cálculo, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado na ocasião, ou, na hipótese de extinção deste índice, utilizar-se-á o que venha a substituí-lo.

9. Forma e critérios de seleção do fornecedor

9.1. Parcelamento e adjudicação

A adjudicação será global, por item, de forma a viabilizar o melhor gerenciamento da execução contratual e as condições dos serviços durante o prazo de garantia.

9.2. Seleção do fornecedor

Será vedada a participação de pessoa física, nos termos do subitem 3.4 do estudo técnico preliminar.

A seleção do fornecedor se dará pela proposta de menor preço dentre os proponentes ou licitantes habilitados e classificados.

9.2.1. Critérios de habilitação

Em relação à **qualificação técnica**, considerando a natureza do objeto, será exigida/o:

- a) declaração de disponibilidade de profissional responsável técnico, devidamente registrado no conselho profissional competente, e detentor de documento que comprove a responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, para fins de contratação;
- b) um ou mais atestados que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior;
- c) registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, ou Conselho Regional dos Técnicos – CRT;
- d) declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- d.1) Fica assegurado ao licitante o direito de realização de vistoria prévia ao local, mediante agendamento junto aos cartórios eleitorais, pelos e-mails ou telefones indicados no quadro a seguir.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ITEM	ZONA(S) ELEITORAL(IS)	E-MAIL	TELEFONE
1	5ª e 86ª Zonas Eleitorais	zona005@tre-sc.jus.br zona086@tre-sc.jus.br	47 98812-5787
2	51ª Zona Eleitoral	zona051@tre-sc.jus.br	49 98805-4298
3	Seção de Almojarifado	csm-sea@tre-sc.jus.br	48 98826-0034

O profissional indicado pelo licitante na forma da alínea “a” deve participar dos serviços objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

Não há requisitos específicos de **qualificação econômico-financeira**.

9.2.2. Critérios de preferência e de desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

9.2.3. Modalidade de licitação e critério de julgamento

Os objetos pretendidos são serviços comuns, oferecidos por diversos prestadores no mercado, apresentando características padronizadas e usuais, o que justifica, portanto, a utilização da modalidade “Pregão” e do critério de julgamento “Menor Preço”.

10. Estimativas do valor da contratação

Item	Descrição	Valor Estimado
1	Comunicação visual e tátil para os Cartórios Eleitorais de Brusque/SC, conforme detalhado neste documento e no projeto em anexo.	R\$ 3.479,27
2	Comunicação visual e tátil para o Cartório Eleitoral de Santa Cecília/SC, conforme detalhado neste documento e no projeto em anexo.	R\$ 3.224,00
3	Comunicação visual para o Almojarifado em São José/SC, conforme detalhado neste documento e no projeto em anexo.	R\$ 3.981,33
VALOR ESTIMADO TOTAL *		RS 10.684,60

* Preços obtidos em pesquisa de mercado na região; valor médio.

11. Alinhamento da contratação

11.1. Plano de Contratações Anual

Anexo I – Ordinário.

Item 3: Comunicação Visual.

11.2. Plano de Logística Sustentável



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Esta contratação está alinhada com o Plano de Logística Sustentável do TRE-SC, pois abrange a utilização de requisitos técnicos de construção sustentável na escolha de materiais e a exigência da destinação correta dos resíduos, de acordo com as diretrizes do Conama.

Os serviços prestados pela Contratada devem pautar-se pelo uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar o desperdício de insumos e materiais consumidos, assim como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental.

A Contratada deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a mitigação e redução de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores envolvidos na prestação dos serviços.

11.3. Outros instrumentos

Não se aplica a esta contratação.

12. Adequação orçamentária

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Valor
02.122.0033.20GP.0042	3.3.90.39	RS 10.684,60
Total		RS 10.684,60

13. Descumprimento contratual e penalidades

13.1. Nos termos da Portaria P n. 39/2023, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao responsável, pelas infrações administrativas previstas no subitem 13.1, as seguintes sanções:

- a) advertência;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

13.2.1. A sanção de advertência consiste em comunicação formal ao fornecedor que deu causa à inexecução parcial do contrato, conforme previsto na alínea "a" do subitem 13.1.

13.2.1.1. A advertência retira do fornecedor a condição de infrator primário, de modo que, em caso de reincidência, sanção mais severa poderá lhe ser aplicada, devendo ser observado o disposto no subitem 13.3.

13.2.2. A sanção de multa tem natureza pecuniária e poderá ser moratória ou compensatória, observados os seguintes termos:

a) o atraso injustificado no cumprimento dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), acrescida de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, a partir do segundo dia de mora, sobre o valor da parcela em atraso, e sua aplicação não dispensa a Contratada do cumprimento da obrigação inadimplida;

b) a inexecução parcial do objeto sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado;

c) a inexecução total do objeto sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do objeto contratado.

13.2.2.1. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções estabelecidas neste Termo de Referência.

13.2.2.2. Ultrapassados 30 (trinta) dias de mora, será avaliada a possibilidade de aplicação da conversão da multa de mora para a compensatória por inexecução contratual.

13.2.2.3. A multa poderá ser aplicada em dobro se o infrator for reincidente, ou seja, se tiver sido sancionado por este Tribunal após decisão transitada em julgado, observando-se o disposto no subitem 13.3.

13.2.2.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Termo de Referência.

13.2.2.5. A multa aplicada será:

a) retida cautelarmente dos pagamentos devidos pela Administração e recolhida em definitivo ao Erário, após o trânsito em julgado da decisão que a impôs;

b) descontada de eventuais faturas pendentes de pagamento;

c) paga pelo fornecedor por meio de GRU;

d) descontada do valor da garantia prestada; ou

e) cobrada judicialmente.

13.2.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, "b" a "g", pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo ou dar causa à inexecução total do contrato: Prazo - 6 (seis) meses;

b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Prazo - 1 (um) mês;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Prazo - 1 (um) mês;

d) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Prazo - 2 (dois) meses;

e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Prazo - 2 (dois) meses.

13.2.4. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, “h” a “l”, pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: Prazo - 3 (três) anos;

b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Prazo - 4 (quatro) anos;

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Prazo - 4 (quatro) anos;

d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Prazo - 5 (cinco) anos;

e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013: Prazo - 6 (seis) anos.

13.2.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.2.6. As sanções previstas nos subitens 13.2.3 e 13.2.4 poderão ser majoradas em 10% (dez por cento) para cada agravante, até o limite legal, em razão de:

a) restar comprovado que o responsável pela infração administrativa tenha registro de penalidade aplicada no âmbito do TRE-SC, por prática de quaisquer das condutas tipificadas no presente Termo de Referência, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;

b) restar comprovado que o infrator tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

c) o licitante ou fornecedor participante da dispensa eletrônica não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo de contratação; ou

d) restar comprovado que o fornecedor tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

13.2.7. As penas previstas nas alíneas “b” a “e” do subitem 13.2.3 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, após a incidência das majorações previstas no subitem 13.2.6, quando não tenha havido nenhum dano à Administração, em decorrência de qualquer das seguintes atenuantes:

a) a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha escusável do fornecedor;

b) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

c) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento.

13.2.8. Quando a ação ou omissão do responsável pela infração administrativa ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

13.2.9. A aplicação das sanções previstas no subitem 13.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.2.10. É admitida a reabilitação do licitante ou do contratado sancionado, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa;

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste subitem.

13.2.10.1. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “a” e “e” do subitem 13.2.4 exigirá, como condição de reabilitação do fornecedor sancionado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

13.3. Restará afastada a reincidência após transcorrido 1 (um) ano entre a data do trânsito em julgado da decisão que aplicou a anterior penalidade ao infrator e a data da nova infração.

13.4. O responsável pela infração será intimado para apresentação de defesa e especificação de provas que pretenda produzir, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da intimação.

13.4.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, o infrator poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.4.2. Serão indeferidas pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

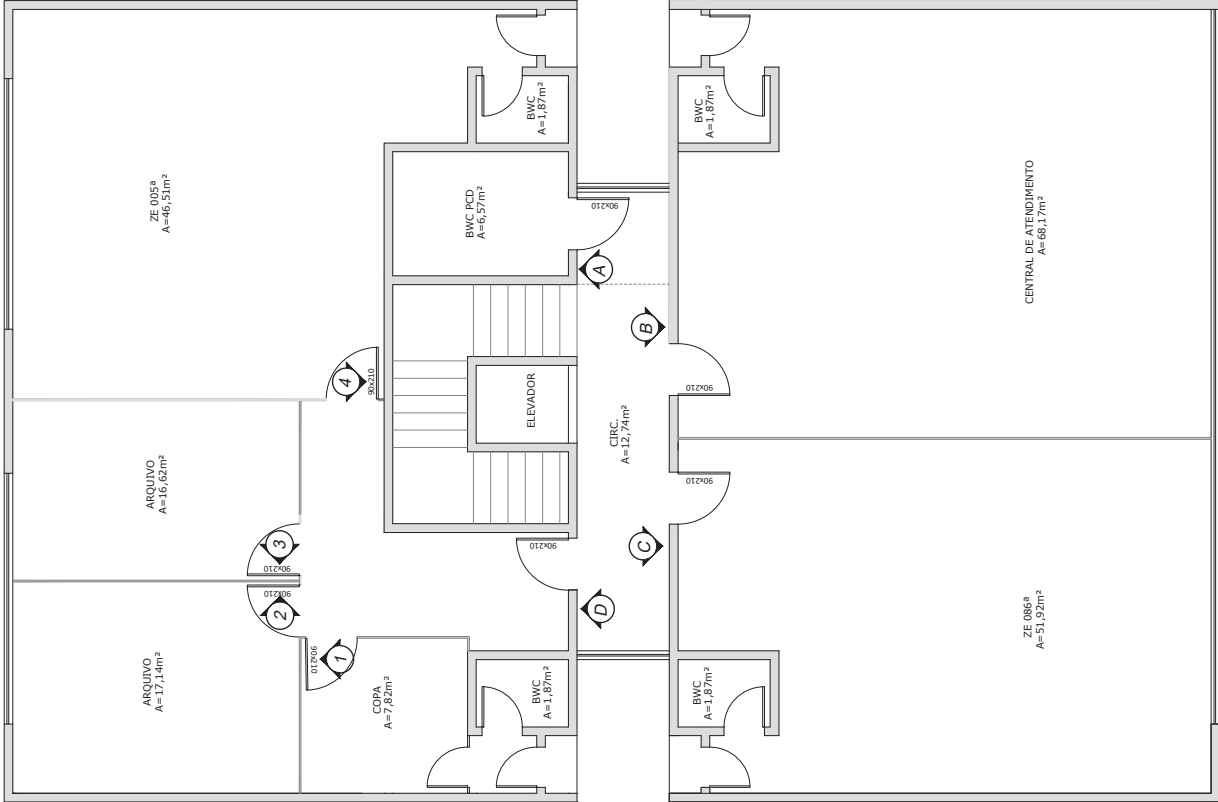
13.5. A sanção estabelecida no subitem 13.2.4 é de competência do Presidente do TRE-SC.

13.6. Da aplicação das sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.2 e 13.2.3 caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.6.1. O recurso de que trata o subitem 13.6 será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.7. Da aplicação da sanção prevista no subitem 13.2.4 caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



QUADRO DE SINALIZAÇÃO

REF	TEXTO	DIMENSÃO	MATERIAL	APLICAÇÃO	QTD
A	Sanitário PCD	90x11	Chapa de ACM	parede	01
B	Central de Atendimento ao eleitor	90x11	Chapa de ACM	parede	01
C	Cartório da 8ª Zona Eleitoral	90x11	Chapa de ACM	parede	01
D	Cartório da 5ª Zona Eleitoral	90x11	Chapa de ACM	parede	01
1	Copa	80x8	Adesivo em Vinil	porta	01
2	Arquivo da 8ª Zona Eleitoral	80x8	Adesivo em Vinil	porta	01
3	Arquivo da 5ª Zona Eleitoral	80x8	Adesivo em Vinil	porta	01
4	Cartório da 5ª Zona Eleitoral	80x8	Adesivo em Vinil	porta	01

TEXTOS EM BRAILE - PLACAS DE AÇO INOX

REF	QTD
A	Sanitário PCD
B	Central de Atendimento ao Eleitor
C	Cartório da 8ª Zona Eleitoral
D	Cartório da 5ª Zona Eleitoral

OBSERVAÇÕES

- Todas as medidas estão em centímetros.
- Conferir dimensões no local.

Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

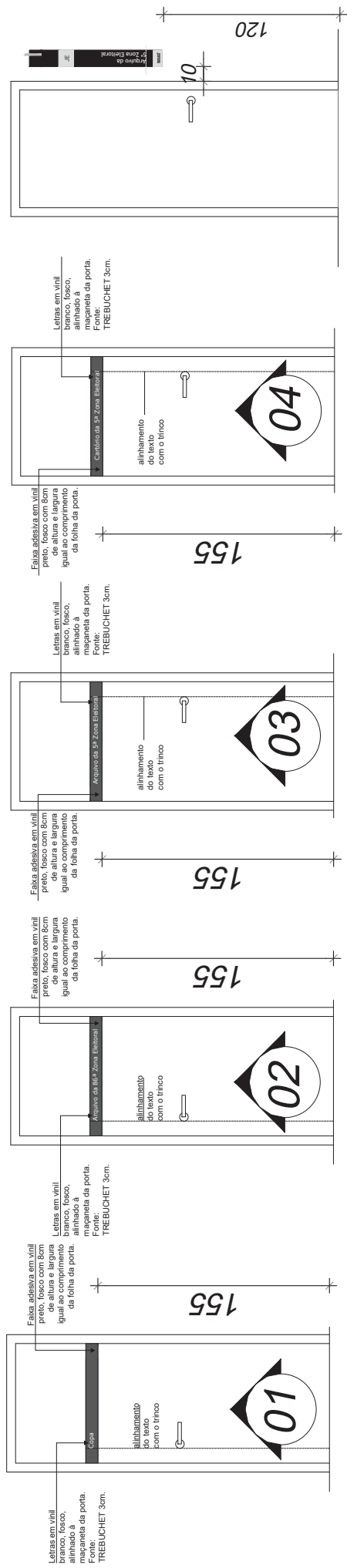


LOCAL: CARTÓRIO ELEITORAL DA 5ª E 8ª ZONA ELEITORAL E CENTRAL DE ATENDIMENTO
RUA JOÃO BAUER N. 454, CENTRO - BRUSQUES

PROJETO E EXECUTIVO

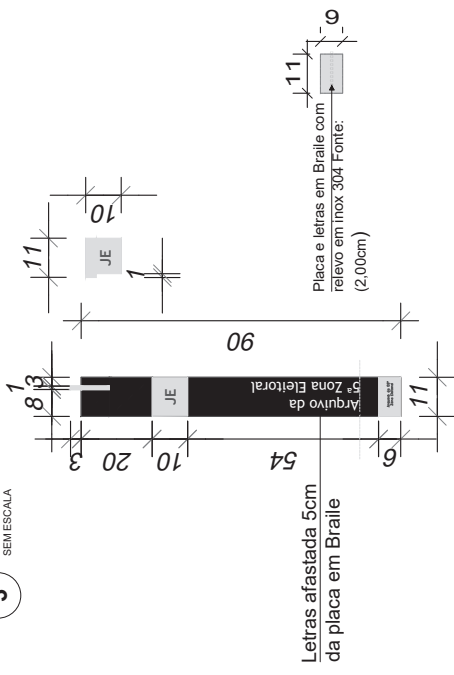
COMUNICAÇÃO VISUAL

SEÇÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA	PROPRIETÁRIO
Palmyra Farinazzo Reis Repette Eng. Civil - CRESCA/008.966-2	Gabriela Fontana Técnicas Judiciais
DESENHO: Tec. Karina Cristina Fernandes CFT - 076186129-78	ESCALA:
DATA: 21.10.2025	REVISÃO: 00
ARQUIVO: BRUSQUES CMF_COMUNICAÇÃO VISUAL_000	INDICADA
	PRINCIPA
	Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina CMF - 076186129-78
	01/03



2 ADESIVOS EM PORTAS
SEM ESCALA


3 ACM EM PORTAS
SEM ESCALA

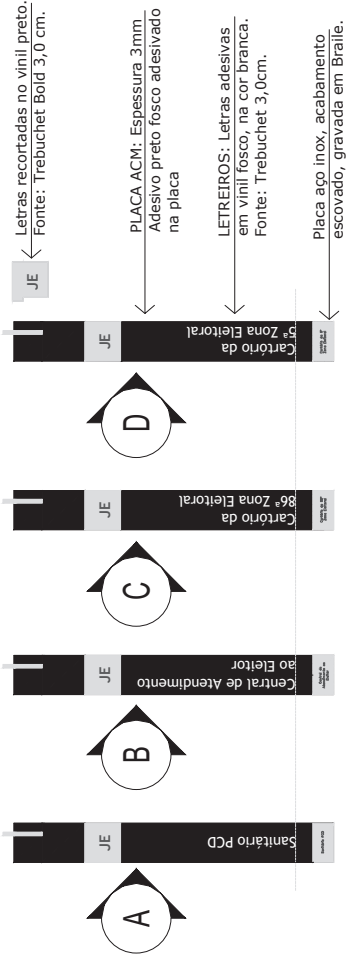


5 DETALHAMENTO ACM
SEM ESCALA

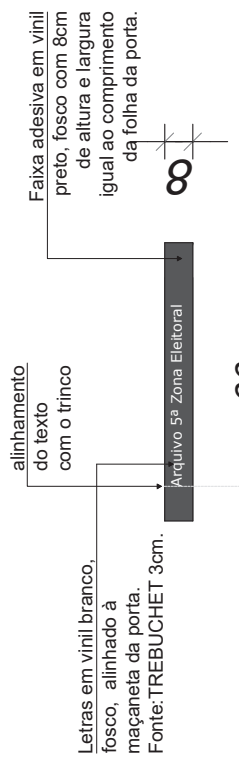
OBSERVAÇÕES

- 1. Todas as medidas estão em centímetros.
- 2. Conferir dimensões no local.
- 3. Todos os materiais estão especificados no Memorial Descritivo e Caderno de Engargos.

Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina									
		LOCAL: CARTÓRIO ELEITORAL DA 5ª E 86ª ZONA ELEITORAL E CENTRAL DE ATENDIMENTO RUA JOÃO BAUER N.º 434, CENTRO - BRUSQUE/SC							
PROJETO DE EXECUTIVO		COMUNICAÇÃO VISUAL							
SEÇÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA		SEÇÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA		PROPRIETÁRIO:					
Palmyra Farinazzo Reis Repette Eng. CIV. - CREARJ. 063.362-2		Gabriela Fontana Técnica em Arquitetura		Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina CNPJ nº 06.968.851/0001-93					
DESENHO: Téc. Karina Cristina Fernandes CFT - 076.986.129-78		ESCALA:		INDICADA		PRONCHIA			
DATA: 21.10.2025		REVISÃO: 00		ARQUIVO:		02/03			
				BRUSQUE/CHV.COMUNICAÇÃO VISUAL_100					

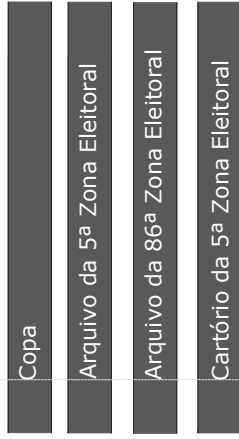


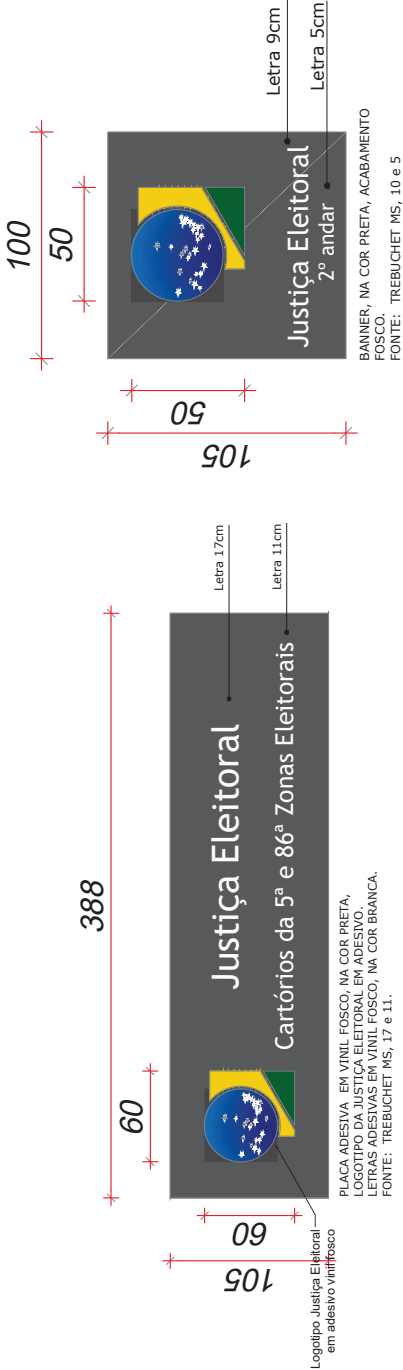
4 PLACAS EM ACM
SEM ESCALA



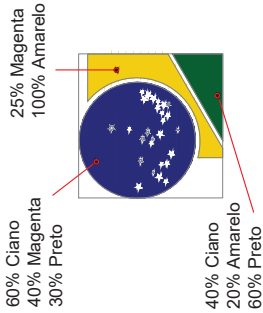
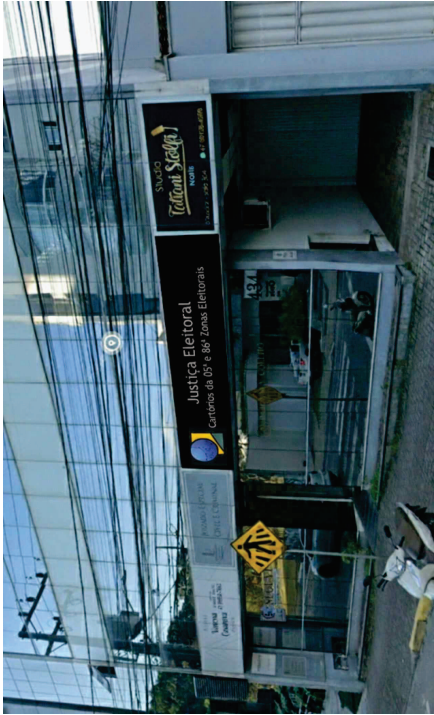
6 DETALHAMENTO ADESIVO EM VINIL
SEM ESCALA

7 ADESIVO EM VINIL
SEM ESCALA

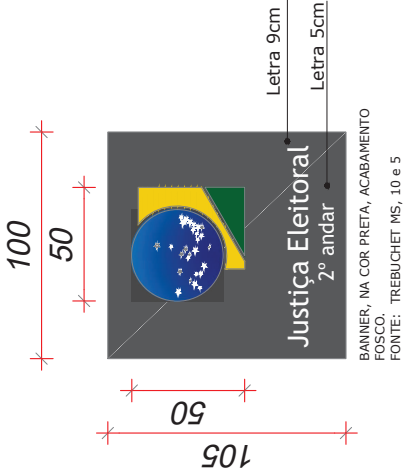




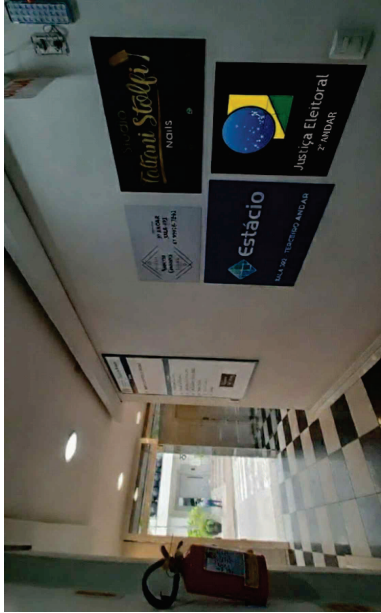
8 PLACA ADESIVO VINÍLICO
SEM ESCALA



10 DETALHE LOGOTIPO
SEM ESCALA




9 PLACA EM CHAPA DE ACM
SEM ESCALA



OBSERVAÇÕES

1. Todas as medidas estão em centímetros.
2. Conferir dimensões no local.

Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina			
	LOCAL:	CARTÓRIO ELEITORAL DA 5ª E 86ª ZONA ELEITORAL E CENTRAL DE ATENDIMENTO RUA JOÃO BAUER N° 454, CENTRO - BRUSQUESC	
	PROJETO EXECUTIVO	COMUNICAÇÃO VISUAL	
SEÇÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA:	PROPRIETÁRIO:	Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina CNPJ 16.883.871/0001-80	
Palmyra Farinazzo Reis Repette Eng. CIVIL - ORÇAMENTO 0833662	Gabriela Fontana Técnica Judicária	PRANCHA:	
DESENHO: Téc. Karina Cristina Fernandes CFT - 076196129-78	ESCALA:	INDICADA	
DATA: 08.01.2026	REVISÃO:	ARQUIVO: BRUSQUESC CIVIL - COMUNICAÇÃO VISUAL_R01	
		01	
			03/03


QUADRO DE SINALIZAÇÃO

REF	TEXTO	DIMENSÃO	MATERIAL	APLICAÇÃO	QTD
1	-	88x8	Adesivo em vinil	Vidro	14
2	-	140x8	Adesivo em vinil	Vidro	02
3	Justiça Eleitoral	88x8	Adesivo em vinil	Vidro	01
4	Cartório da 51ª Zona Eleitoral	88x8	Adesivo em vinil	Vidro	01
5	-	120x8	Adesivo em vinil	Vidro	03
6	-	130x8	Adesivo em vinil	Vidro	01
7	-	160x8	Adesivo em vinil	Vidro	01
8	Sanitário	60x8	Adesivo em vinil	Madeira	01
9	Acesso Restrito	80x8	Adesivo em vinil	Madeira	01
9a	Acesso Restrito	80x8	Adesivo em vinil	Madeira	01
10	Sanitário	60x8	Adesivo em vinil	Madeira	01
11	Sanitário	60x8	Adesivo em vinil	Madeira	01
12	Arquivo	80x8	Adesivo em vinil	Madeira	01
13	Copa	80x8	Adesivo em vinil	Madeira	01
14	Placa Externa (Ver des.5)	300x60	Alumínio composto (ACM)	Alvenaria	01

OBSERVAÇÕES

1. Todas as medidas estão em centímetros.
2. Conferir medidas no local.
3. Os adesivos sobre superfície de vidro deverão ser instalados na face interna.

Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina



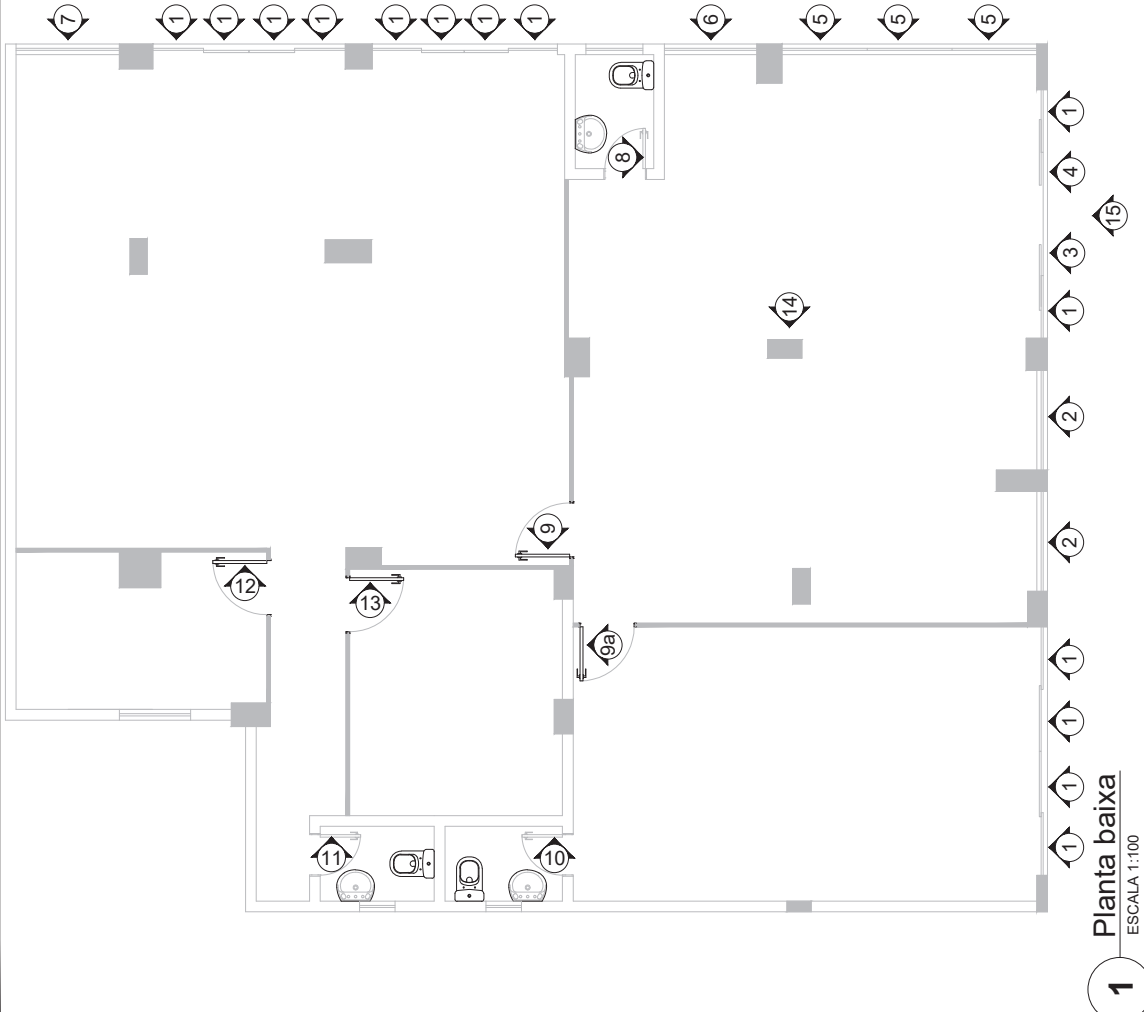
LOCAL:
CARTÓRIO ELEITORAL DA 51ª ZONA ELEITORAL
RUA ANTONIO CARLOS MEDEIROS Nº 531, SALA 01- SANTA CECÍLIA - SC

PROJETO EXECUTIVO:
Palmyra Farinazzo Reis Repette
Eng. Civil - CREA/SC 085.995-2

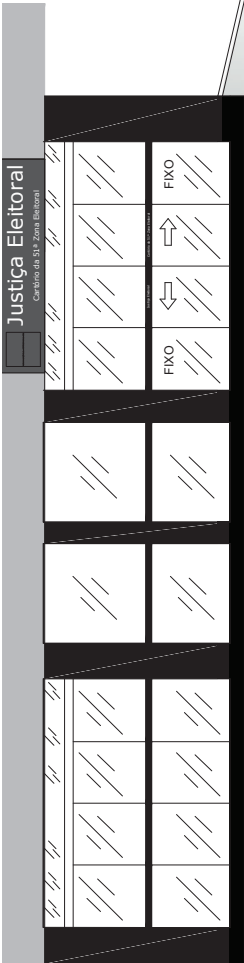
SEÇÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA:
Palmyra Farinazzo Reis Repette
Técnica Judiciária

SEÇÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA:
Pierina Schmitt Pomatoco
Técnica Judiciária

PROPRIETÁRIO:
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
CNPJ: 05.656.851/0001-93

DESENHO:
Téc. Edificações - CREA/SC 105.358-4
02.02.2026REVISÃO:
02ESCALA:
INDICADA
ARQUIVO:
[TRE/SC-SANTA CECÍLIA] CMVFRANCHA:
01/02

1 Planta baixa
ESCALA 1:100



2 Projeção da fachada
ESCALA 1:100

QUADRO DE SINALIZAÇÃO

REF	TEXTO	DIMENSÃO	MATERIAL	APLICAÇÃO	QTD
1	-	88x8	Adesivo em vinil	Vidro	14
2	-	140x8	Adesivo em vinil	Vidro	02
3	Justiça Eleitoral	88x8	Adesivo em vinil	Vidro	01
4	Cartório da 51ª Zona Eleitoral	88x8	Adesivo em vinil	Vidro	01
5	-	120x8	Adesivo em vinil	Vidro	03
6	-	130x8	Adesivo em vinil	Vidro	01
7	-	160x8	Adesivo em vinil	Vidro	01
8	Sanitário	60x8	Adesivo em vinil	Madeira	01
9	Acesso Restrito	80x8	Adesivo em vinil	Madeira	01
9a	Acesso Restrito	80x8	Adesivo em vinil	Madeira	01
10	Sanitário	60x8	Adesivo em vinil	Madeira	01
11	Sanitário	60x8	Adesivo em vinil	Madeira	01
12	Arquivo	80x8	Adesivo em vinil	Madeira	01
13	Copa	80x8	Adesivo em vinil	Madeira	01
14	Placa Externa (Ver des.5)	300x60	Alumínio composto (ACM)	Alvenaria	01

OBSERVAÇÕES

1. Todas as medidas estão em centímetros.
2. Confeir medidas no local.
3. Os adesivos sobre superfície de vidro deverão ser instalados na face interna.

Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina



LOCAL:

CARTÓRIO ELEITORAL DA 51ª ZONA ELEITORAL
RUA ANTONIO CARLOS MEDEIROS Nº 531, SALA 01- SANTA CECÍLIA - SC

PROJETO EXECUTIVO:

COMUNICAÇÃO VISUAL

SEÇÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA:

Palmyra Farinazzo Reis Repette
Eng. Civil - CREA/SC 085.995-2

SEÇÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA:

Pierina Schmitt Pomarico
Técnica Judiciária

PROPRIETÁRIO:

Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
CNPJ: 05.658.851/0001-93

DESENHO:

Régis Portela

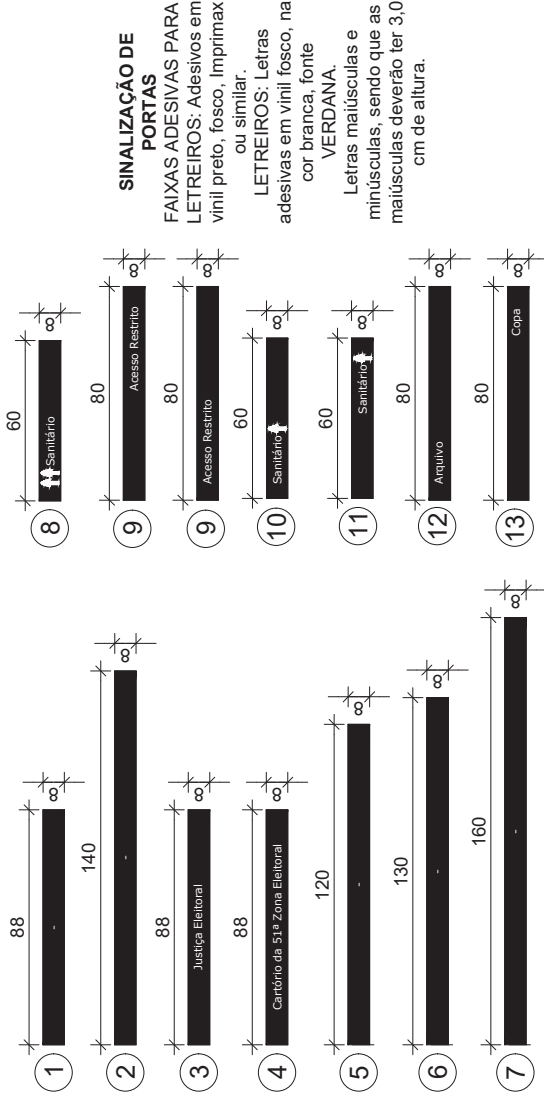
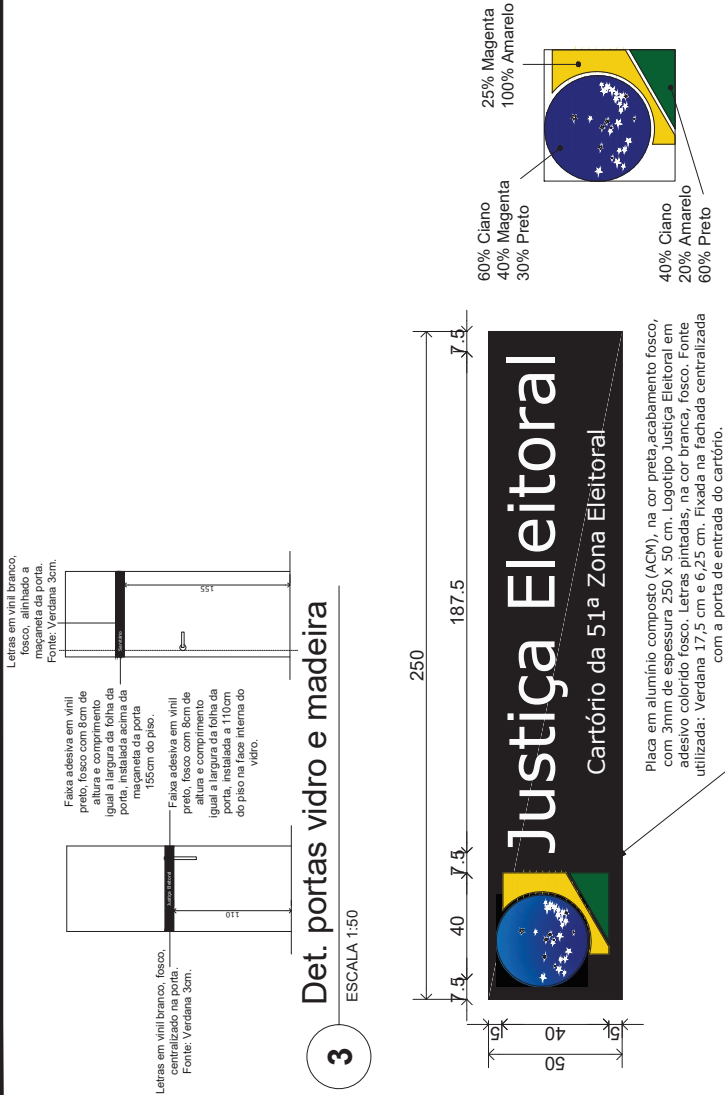
ESCALA:

INDICADA

ARQUIVO:

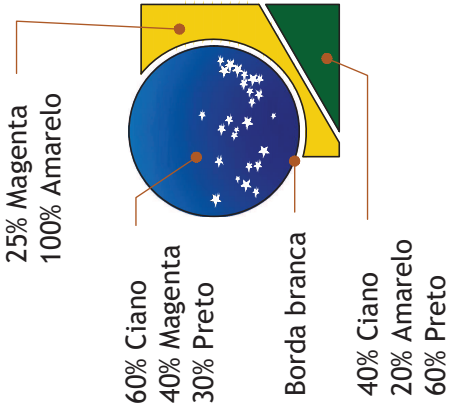
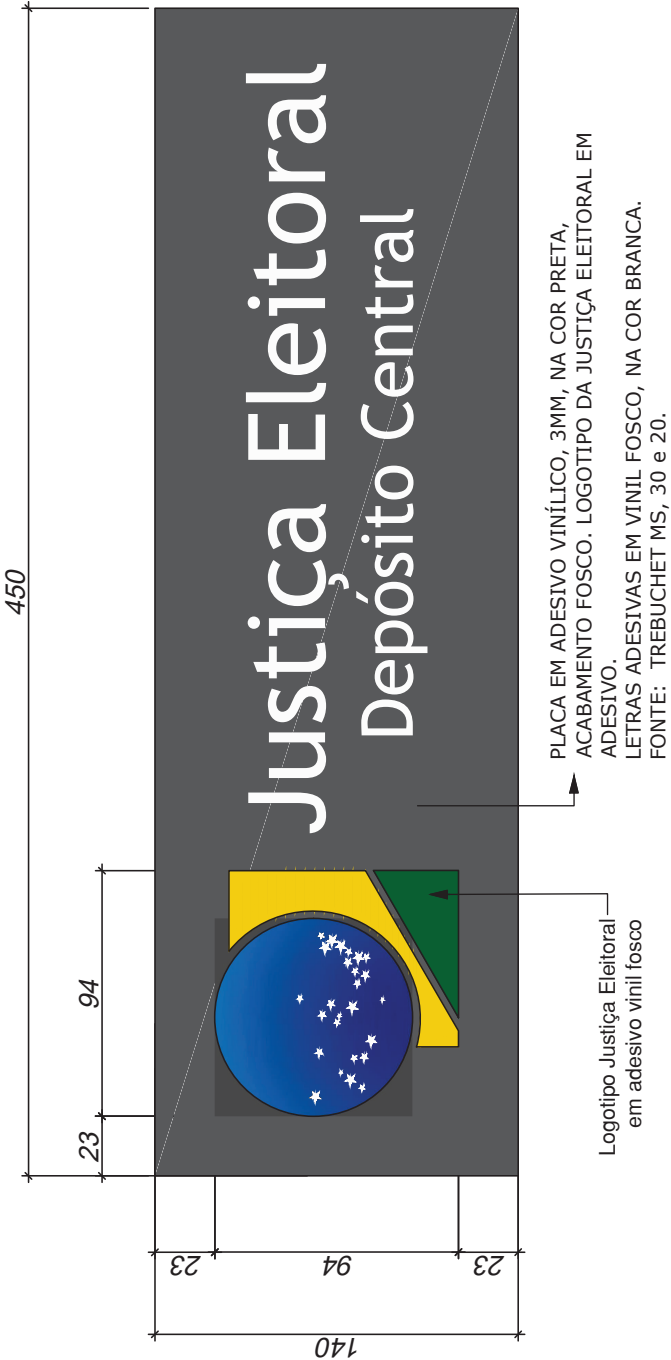
FRANCHA:

02/02



Sinalização de portas

S/ ESCALA



1 PLACA EM CHAPA DE ACM E ADESIVO VINÍLICO
SEM ESCALA

2 DETALHE LOGO
SEM ESCALA



3 LOCALIZAÇÃO DA PLACA
SEM ESCALA

OBSERVAÇÕES			
1. Todas as medidas estão em centímetros.			
2. Conferir dimensões no local.			
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina			
LOCAL: ALMOXARIFADO RUA SEN CARLOS GOMES DE OLIVEIRA 863 ÁREA2 - UNIDADE 45, DISTRITO INDUSTRIAL, SÃO JOSÉ - SC, CEP 881 04-785			
PROJETO EXECUTIVO: COMUNICAÇÃO VISUAL			
SEÇÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA:		PROPRIETÁRIO:	
Palmyra Farinazzo Reis Repette Eng. Civil - CREA/SC 085.995-2		Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina CNPJ: 05.859.851/0001-93	
DESENHO: Tec. Karina Cristina Fernandes CFT - 076186129-78		NATÁLIA PIGATTO SILVEIRA Analista Judiciária	
DATA: 26.11.2025		FRANCHA: 01/01	
REVISÃO: 00		INDICADA	
ARQUIVO: [ALMOXARIFADO] CIVIL_COMUNICAÇÃO_VISUAL_R00		ESCALA:	